

TAXA DE FORMAÇÃO DE EMPRESAS NO RIO GRANDE DO SUL: DESLOCAMENTOS ESPACIAIS NA ÚLTIMA DÉCADA

Gabrielito Menezes
Universidade Federal de Pelotas
E-mail: gabrielitorm@gmail.com
Mario Duarte Canever
Universidade Federal de Pelotas
E-mail: mcanever@hotmail.com
Volnei KrauseKohls
Universidade Federal de Pelotas
E-mail: kkohls2002@yahoo.com.br

RESUMO:

Neste artigo analisa-se a distribuição espacial da taxa de formação de empresas nos municípios do Rio Grande do Sul (RS) para os anos de 1996 e 2008. Em outras palavras, procurou-se identificar regimes espaciais ou *clusters* de taxas de formação de empresas. Para tal objetivo, no presente trabalho demonstramos como calcular a taxa de formação de empresas através de dois métodos: (1) a Taxa Ecológica que relaciona o nascimento de empresas ao estoque de empresas; e (2) a Taxa relativa à Força de Trabalho que relaciona o nascimento de empresas à quantidade de pessoas aptas a empreender. Os resultados sugerem a presença de autocorrelação espacial, indicando a presença de *clusters* para o ano de 2008, numa clara evidência de que regiões tradicionalmente tidas como economicamente menos dinâmicas, atualmente apresentam maiores índices de empreendedorismo do que o resto do estado.

PALAVRAS CHAVE: Economia regional, taxa de formação de empresas, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT:

This paper aimed to analyze the spatial distribution of firm's formation rate among cities of Rio Grande do Sul (RS) for 1996 and 2008. In other words, it has sought to identify spatial regimes or clusters of new firm formation rate. With this purpose, we demonstrated how to calculate two new firm formation rate indexes: (1) An index based on the incumbents enterprises known as Ecologic; and (2) An index which associates the creation of new firm to the amount of potential entrepreneurs, i. e. the labor market index. The results suggest the presence of spatial autocorrelation indicating the presence of cluster for the 2008 year. Furthermore, it is observed that regions traditionally less dynamic, as those in the southern part of the state, are nowadays becoming more entrepreneurial. This is a typical catching up effect, which tend to bring development convergence in the state.

KEY WORDS: Regional economics, new firm formation rate, Rio Grande do Sul.

Área Temática: Economia Regional e Urbana

Classificação do JEL: R12, O18, M13

1. INTRODUÇÃO

Empreendedorismo e desenvolvimento regional são fenômenos muito visíveis atualmente, tanto entre os formuladores de políticas públicas quanto entre pesquisadores. O empreendedorismo vem sendo estudado pelo fato de trazer benefícios para a eficiência econômica e seu crescimento. É reconhecido que os novos entrantes (empreendedores) estimulam a competição e a eficiência, e podem gerar e disseminar novas ideias (BRUNO, BYCTHKOVA, ESTRIN, 2008). Neste sentido, um novo negócio, ou seja, a formação de uma nova empresa é uma expressão importante da atividade empreendedora, a qual é tanto dependente da dinâmica regional quanto influenciadora dela (JOHNSON, 2004). Obviamente, em vista disto, fica evidenciada a clara relação entre empreendedorismo e desenvolvimento regional.

Entretanto, em nível regional, as variações espaciais na taxa de formação de empresas dentro de um país e entre países ainda carece de maiores esclarecimentos. As variações entre países são constantemente demonstradas nos estudos do Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2007), os quais demonstram uma ampla concentração de empreendedores nos países em desenvolvimento especialmente impulsionados pela necessidade e não pela oportunidade de iniciarem um novo negócio. Já dentro de cada país, a variação espacial também é considerável e conforme Rocha e Sternberg (2005) estas variações são dependentes das interações culturais, econômicas e individuais que convergem para criar um ambiente que facilita ou inibe o empreendedorismo. O empreendedorismo é, portanto, entendido como um fenômeno essencialmente regional ou local, o que explica as altas variações encontradas dentro de um território. Por exemplo, nos Estados Unidos, Reynolds et al. (1994), encontrou que a razão da maior para a menor taxa de formação de empresas entre as regiões foi de 4,1. Posteriormente Johnson (2004), calculando a taxa de formação de novas empresas nas distintas regiões da Grã-Bretanha, encontrou que a região de Londres apresenta a maior taxa, enquanto que a menor taxa está na Irlanda do Norte. Ashcroft et al. (2007), também usando dados municipais do Reino Unido, encontraram que a taxa de formação de novas empresas varia com o tempo e espacialmente. De acordo com esses autores, a variação temporal na taxa de formação de novas empresas reflete as alterações macroeconômicas do país. Já a variação espacial da taxa de formação, está mais associada às condições de fatores microeconômicos de cada país.

Embora a nível internacional haja relativamente muitos estudos que relacionam a formação de empresas com a questão espacial (REYNOLDS et al.,1994;JOHNSON, 2004; VAN STEL, 2005; ASHCROFT et al. 2007;), no caso brasileiro esta temática necessita ser ainda desenvolvida. Alguns trabalhos já estão focados nesta perspectiva, por exemplo, o SEBRAE junto com Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) desenvolveram um índice de desenvolvimento municipal de micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2010), o qual serve como um indicador espacial da qualidade institucional. Campos e Iootty (2007) examinaram como as barreiras de entradas e saídas interferem no crescimento das empresas e como isso varia nos diversos setores da economia brasileira. Já Barros e Pereira (2008) analisaram a influência da taxa de empreendedorismo no crescimento do PIB e no desemprego para os municípios de Minas Gerais. Por outro lado, Canever et al. (2009) estudaram os aspectos que antecedem a taxa de formação de empresas no RS, bem como as consequências que essa tem no desempenho municipal.

Este artigo contribui para esta agenda de pesquisa, desenvolvendo uma definição conceitual e operacional da taxa de formação de novas empresas a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Definindo o empreendedorismo como a criação de novas organizações, neste artigo demonstramos como estimar a taxa de formação de novas empresas além de objetivarmos responder duas perguntas de pesquisa: (1) se existem regimes espaciais ou *clusters* de taxas de formação de empresas nos municípiosdo Rio Grande do Sul; e (2) se há modificação intertemporal dos *clusters* da taxa de formação de empresas no período de 1996 a 2008 no estado?

Na sequência desse artigo, apresenta-se uma breve revisão da literatura concernente ao empreendedorismo, ao desenvolvimento regional e *cluster*. Na seção 3, apresentam-se os dados e os procedimentos metodológicos. Na seção 4 os resultados são descritos e discutidos, enquanto que na seção 5 são apresentadas as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nas últimas décadas têm-se verificado uma grande quantidade de estudos que relacionam empreendedorismo e desenvolvimento (WENNEKERS e THURIK, 1999; VAN STEL et al., 2005).Empreendedorismo e desenvolvimento

são elementos complexos, de difícil mensuração, e cujos conceitos podem admitir distintos significados¹, conforme as vertentes teóricas que os sustentam, o que por sua vez torna também, a construção de teorias um trabalho complexo e difícil.

A relação entre o empreendedorismo e o desenvolvimento surgiu com o economista austríaco Joseph A. Schumpeter (1883-1950). O mesmo criou a teoria dos “fluxos circulares” e explicou os fatores do processo de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento, no sentido proposto pelo autor, é resultado da criação inovadora gerada por empreendedores. Depois de Schumpeter, muitos estudiosos têm demonstrado empiricamente a importância do empreendedorismo para o aumento do emprego, da inovação e do bem-estar (CARRE e THURIK, 2005; STEL, 2005; ACS e AMORÓS, 2008). Contudo, a evolução histórica do conceito de empreendedorismo é uma realidade multifacetada que perpassa a visão funcionalista do empreendedor como alguém responsável pela inovação através das novas empresas (SCHUMPETER, 1934) ou via as grandes empresas (NELSON e WINTER, 1982); o empreendedorismo como uma descoberta, avaliação e exploração de bens e serviços futuros; e o empreendedorismo como a criação de um novo negócio (firma). Baseado nesta breve revisão o empreendedorismo pode ser definido como a descoberta/criação de oportunidades e a subsequente criação de atividade econômica via a criação de uma nova organização. Embora a criação de uma nova empresa seja dependente de fenômenos múltiplos, neste artigo focamos na formação de novas empresas na perspectiva regional. Esta perspectiva reconhece que o fenômeno envolve a interação ambiental e individual, mas é preocupada principalmente com a taxa de formação de novas empresas em relação à população e os fatores culturais, econômicos e mercadológicos que convergem para a emergência de um ambiente que fortalece e/ou inibe o empreendedorismo.

O empreendedorismo é um promotor endógeno do desenvolvimento (POLÈSE, 1998), sendo muitas vezes a variável importante para estratégias do desenvolvimento local. Cabe ressaltar que a presença de um maior capital empresarial não apenas afeta o crescimento econômico pelo aumento do número de empresas, mas também por ampliar a diversificação de empresas em uma região. O trabalho precursor de Jacobs (1969), ao considerar a economia das cidades, propõe que a complementaridade de conhecimento e informação possuída pelas diferentes firmas existentes dentro de uma região geográfica, gera externalidades positivas que aumentam os retornos dos investimentos, a atividade

¹ Para uma análise do debate sobre o conceito de empreendedorismo ver Herbert e Link (1989), Thorton e Flynne (2003) e OECD (1998).

inovadora e o crescimento econômico. Além disso, a ideia é que o empreendedor promove o progresso econômico e, por conseguinte o desenvolvimento regional porque sua presença transforma recursos em produtos e serviços com valor adicionado. Isto é, o valor adicionado final é maior que a soma dos valores dos insumos. Assim, mesmo quando um empreendedor está envolvido com produtos e serviços não inteiramente inovadores, isto é, seus produtos e serviços já são conhecidos, a entrada desta empresa no mercado fortalece a economia regional porque pode ocorrer redução dos custos e preços, bem como maior estímulo a melhorias de qualidade e competitividade (DISNEY et al., 2003). De Meza (2002), argumenta que mesmo quando um empreendedor falha, sua iniciativa pode afetar positivamente a economia regional primeiramente via um efeito demonstração, ou seja, evita que outros invistam no mesmo negócio. Segundo, há um ganho por estimular os outros a identificarem o que saiu errado e, terceiro, serve como um aprendizado aos novos empreendedores. Em suma, como nem todo o empreendedorismo extrai dividendos inovativos para uma região é sabido que quanto mais empresas são formadas em uma região maior será a competição. Ambas, competição e inovação contribuem para a contínua re-estruturação da economia da região, o que certamente influencia no desenvolvimento local.

3. DADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Dados

Para a realização desse trabalho, foi utilizada uma base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que contempla os municípios do Estado do Rio Grande do Sul (RS), no período compreendido entre os anos de 1996 a 2008. Contudo, neste estudo somente serão utilizados os dados dos anos iniciais e finais da série, visto que a proposta é checar se houve modificações nas taxas de formação de empresas no território Rio Grandense. Para que a base de dados pudesse ser utilizada para o cálculo da taxa de formação de empresas considerou-se o nascimento (abertura) de empresas e morte (fechamento) relacionado à entrada ou saída da empresa na base de dados. Assim, uma empresa que não declarava a RAIS em $t-1$, e passou a declarar em t , é tida como uma empresa que nasceu em t , pois foi o primeiro ano que ela aparece na base de dados. Em se tratando de

morte de empresas, considerou-se que uma firma que declarava a RAIS em t vai ser considerada fechada no primeiro ano que esta aparecer sem dados, por exemplo, em $t+2$.

Foram consideradas apenas as empresas que apareciam na base de dados para anos consecutivos, ou seja, não foram levados em consideração estabelecimentos que, na base de dados, surgem em um determinado ano, desaparecem no próximo ano e voltam a ressurgir no ano subsequente. Também foram filtradas aquelas que nascem em um determinado ano, desaparecem por um tempo maior ($t+2$, por exemplo) e retornam a reaparecer em períodos subsequentes. A hipótese é a mesma formulada por Souza et al. (2007):

A hipótese levantada é a de que são estabelecimentos que não declararam a RAIS num período e voltaram a declarar posteriormente. Contudo, como se está trabalhando as medidas a cada par de anos, esses estabelecimentos poderiam ser tratados como tendo fechado num período e reaberto no outro, o que não parece coerente com a ideia de nascimento (entrada na base) e morte (saída da base) de estabelecimentos (SOUZA et al., p. 30, 2007).

Da mesma forma como os autores citados, optou-se por excluir os estabelecimentos com falhas no fornecimento dos dados. Tal procedimento justifica-se para limpar a base de dados para os cálculos das taxas de formação que em contrário ficariam muito sujeitas a vieses. De fato, acredita-se que estas empresas mesmo não fornecendo os dados ainda permanecem ativas. Com as exclusões a população anual de empresas reduziu-se em cerca de 11%, mas como a população total passa de 160 e alcança a quantidade de 250 mil empresas para os anos iniciais e finais da série, respectivamente, tal procedimento não afeta os resultados do estudo.

3.2. Taxa de formação de empresas

A taxa de formação de empresas pode ser medida em duas maneiras. A primeira é a Taxa Ecológica (TE) de formação de empresas. Para o cálculo da TE a partir dos dados da RAIS foi necessário adaptar a metodologia proposta inicialmente por Johnson (2004) para o caso Inglês e posteriormente por Canever et al., (2009) para o caso brasileiro. A Taxa ecológica de formação de empresas (Eq. 1) expressa a relação de novos registros de empresas (nascimento de empresas) com o estoque de empresas no ano anterior ao do registro. Ela tanto pode ser calculada para todos os setores, como

para setores específicos da economia regional. A mesma pode ser determinada a partir da equação abaixo:

$$TE = \frac{N^{\circ} \text{Empresas Criadas}_n}{N^{\circ} \text{Empresas Total}_{n-1}} \times 100 \quad (1)$$

A *TE* é importante para analisar a extensão com que a base empresarial está se rejuvenescendo. Esse indicador é normalmente expresso em relação a 100 empresas já existente.

O segundo método para medir a taxa de formação de empresas foi apresentado por Armington e Acs (2002), no qual utiliza a população (ou força de trabalho) como denominador. A taxa de formação relativa à força de trabalho é importante para analisar o quão empreendedora é uma população local. Neste artigo utilizou-se como denominador o número total de empregados declarados na RAIS por cada empresa anualmente. A especificação relativa à força de trabalho (Eq. 2) na região *r* agregada para todos os setores é chamada de *TLM*, e é apresentada na equação abaixo:

$$TLM = \frac{N^{\circ} \text{Empresas Criadas}_n}{N^{\circ} \text{Total de Empregados}_n} \times 1000 \quad (2)$$

A taxa de formação de empresas, apresentada na equação (2), de um específico setor, utiliza a força de trabalho ocupada dentro daquele setor. Esse indicador é expresso em relação a 1000 empregados na região em estudo, portanto um *TML = 10*, denota que foram criadas dez novas empresas para cada mil trabalhadores na região.

Neste trabalho é importante destacar, que foi calculado o total da taxa de formação de empresas para a região, ou seja, foi considerado o número total de empresas por município.

3.3. Análise exploratória de dados espaciais

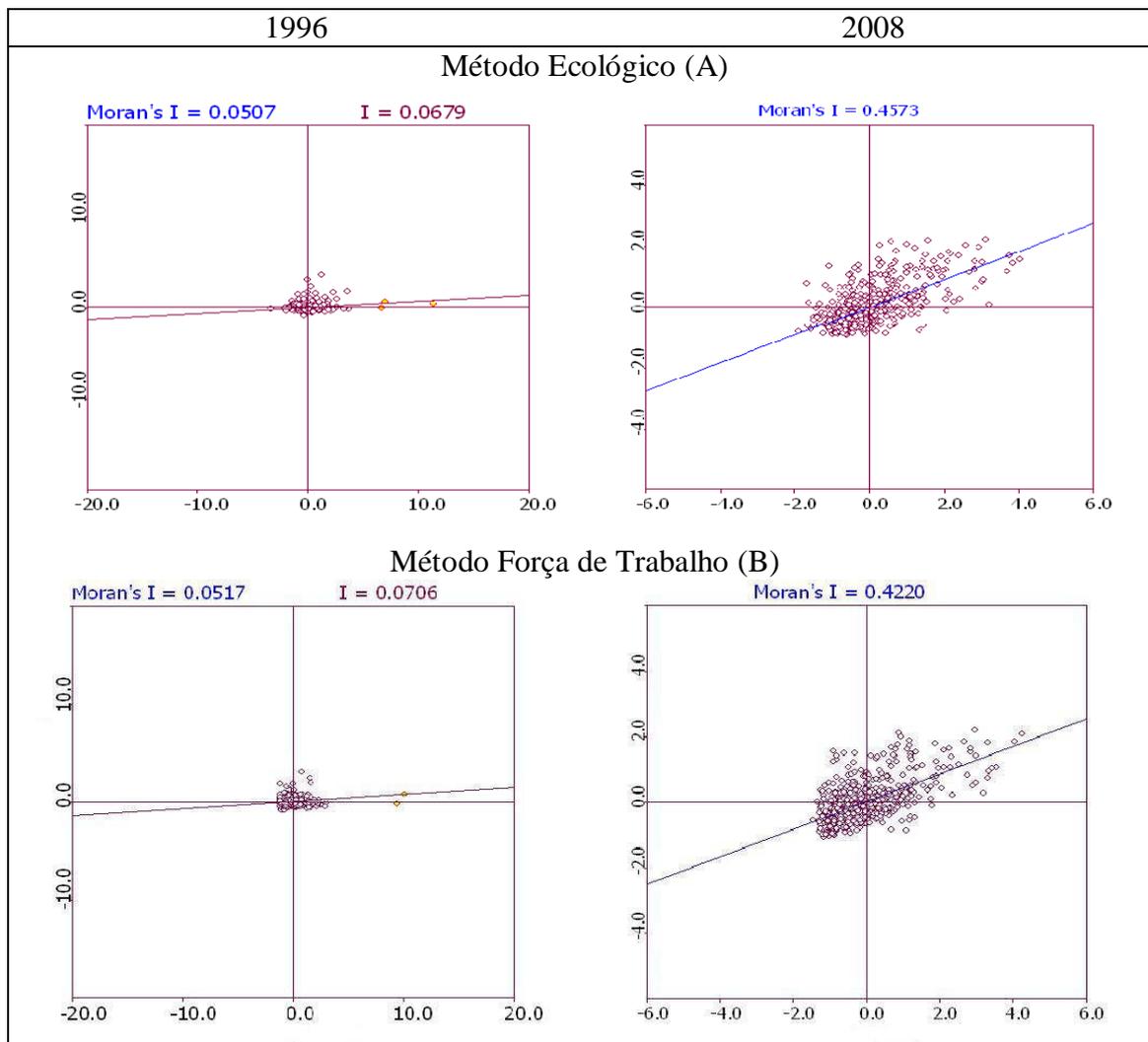
A análise exploratória de dados espaciais (AEDE), conhecida em inglês como *Exploratory Spatial Data Analysis (ESDA)*, está fundamentada nos aspectos espaciais contidos na base dos dados. Para tanto, considera a autocorrelação e a heterogeneidade espacial. O objetivo desta metodologia é apresentar a distribuição espacial, os clusters espaciais, verificar a presença de diferentes regimes espaciais ou outras formas de instabilidade espacial e identificar *outliers* (ALMEIDA et al., 2005).

A dependência espacial ocorre em todas as direções, no entanto, se relaciona inversamente com a distância geográfica. Logo a heterogeneidade espacial diz respeito às próprias características das unidades espaciais, que naturalmente diferem entre si. Foram calculados os índices globais e locais de autocorrelação espacial, tais como o *I de Moran*, *Moran Scatterplot* e *Local Indicator of Spatial Association (LISA)* mediante a construção de matrizes de pesos espaciais via o padrão Rainha com grau de vizinhança igual a um. Serão consideradas vizinhas todas as unidades que compartilham qualquer tipo de fronteira com a unidade analisada (Monastério e Ávila, 2004, Oliveira, 2008). Portanto, o que se pretende com os métodos de estatística espacial é identificar se existe correlação espacial e padrões distintos de formação de empresas no RS que configurem a emergência de *clusters*.

4. RESULTADOS

A seguir são apresentados os gráficos *I de Moran* (Figura 1) para os municípios gaúchos em 1996 e 2008. Neles evidenciamos a correlação espacial da taxa de formação de empresas pelos dois métodos de cálculo apresentados na seção anterior. Os dados referem-se à taxa de formação de empresas anual das cidades e a média dessa variável das cidades vizinhas.

Figura 1 – I de Moran para a taxa de formação de empresas, métodos Ecológico e Força de Trabalho para os anos de 1996 2008



Fonte: Elaboração dos autores.

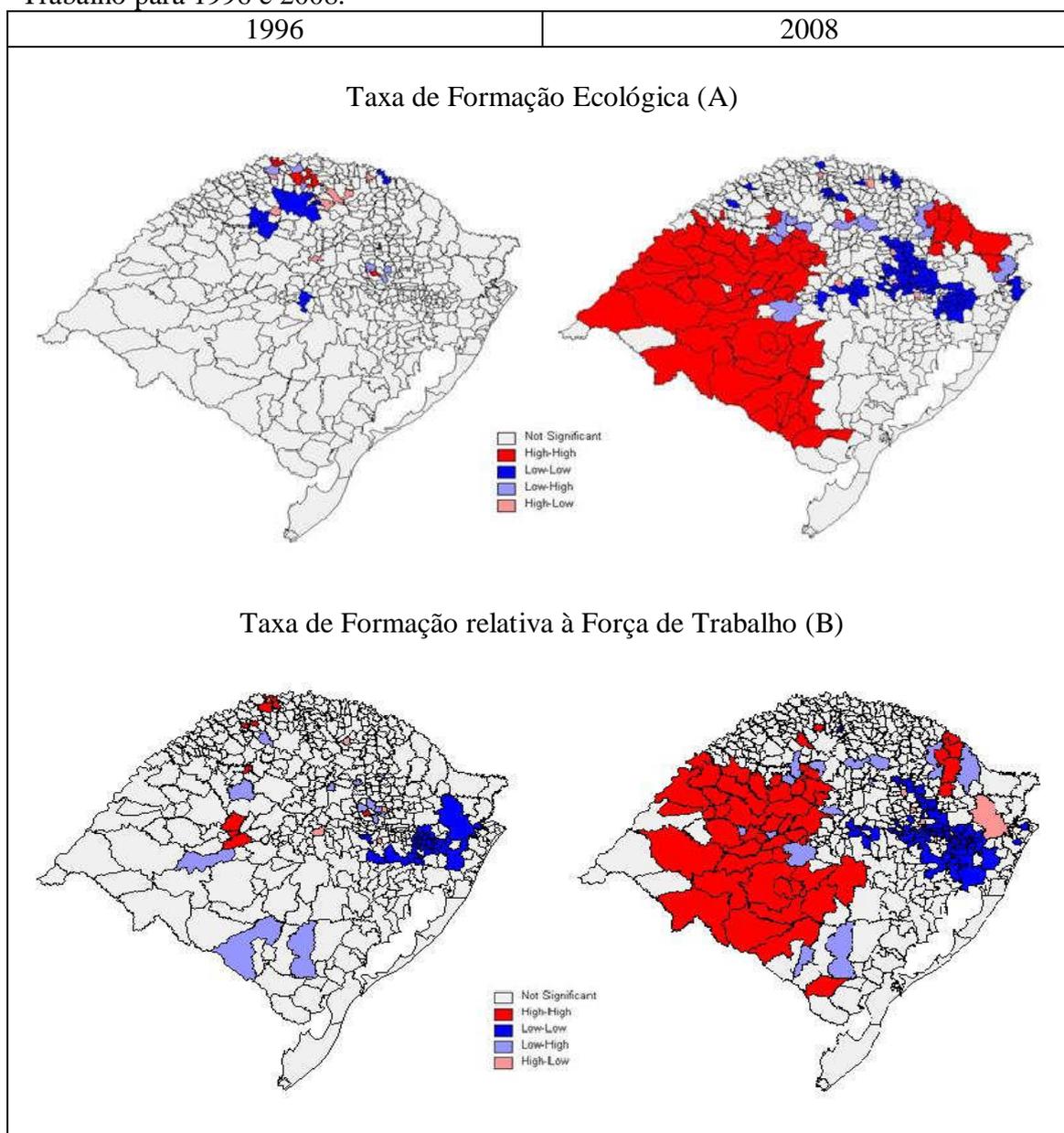
Apesar do Indicador I de Moran não permitir analisar onde estão localizados os *clusters* espaciais, o resultado obtido pela estatística mostra a magnitude da associação espacial. Quanto mais próximo de um for o valor calculado do I de Moran, mais intensa é a associação espacial observada.

Na Figura 1, os gráficos mostram que a relação espacial foi positiva, e estatisticamente significativa para 1996 e 2008. Desse modo, cidades com semelhantes taxas de formação de empresas tendem a estar espacialmente associadas nos cortes temporais. Cabe ressaltar que a magnitude da relação espacial aumenta entre 1996 e 2008 para os dois métodos de análise, demonstrando que houve um aumento da importância da dimensão espacial em relação à taxa de formação de empresas nos

municípios gaúchos. Assim, em 2008, os municípios com maiores taxas de formação de empresas (tanto a TE quanto a TLM) tendem a estarem espacialmente próximos de municípios igualmente com maiores taxas do que a média estadual. Da mesma forma, municípios com menores taxas tendem a estarem espacialmente associados com municípios cuja taxa de formação de empresas é menor que a média estadual.

O próximo passo foi analisar a associação espacial entre regiões utilizando mapas de aglomeração (LISA), identificando as regiões que se destacaram em relação à taxa de formação de empresas. O mesmo nos fornece uma visão da distribuição espacial das variáveis. Nos mapas da Figura 2 estão representados os grupos estatisticamente significativos a um $p=0,05$.

Figura 2 – LISA para as taxas de formação de empresas Ecológica e Relativa à Força de Trabalho para 1996 e 2008.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme os mapas mostram, em 1996, existiam poucas concentrações de *clusters* espaciais para o RS. Ou seja, em 1996, a taxa de formação de empresas tanto ecológica como relativa à força de trabalho, praticamente não apresentava dependência espacial e era pouco concentrada. O que se verificava eram *clusters* com baixa taxa de formação de empresas localizados na mesorregião Noroeste Rio Grandense para a taxa ecológica e na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre para a taxa relativa à força de trabalho. É interessante notar que o *cluster* com baixa taxa de formação ecológica em 1996, situava-se em uma região essencialmente agrícola de base familiar que na época

inclusive pretendia anexar-se ao estado de Santa Catarina dado o alegado descuido do Estado Gaúcho quando comparados aos incentivos e programas de desenvolvimento recebidos pelos vizinhos catarinenses. Já para a taxa relativa à força de trabalho, curiosamente, apareceu um *cluster* com baixa formação de empresas exatamente na região mais rica do estado cerca da região metropolitana.

Diferentemente de meados dos anos 90 quando os *clusters* eram pequenos e pouco visíveis, em 2008 há pelo menos dois grandes *clusters* caracterizados pela elevada taxa de formação de empresas tanto pelo método ecológico quanto pelo relativo à força de trabalho. O primeiro está localizado na região da campanha gaúcha compreendendo uma faixa de municípios pertencentes às mesorregiões Sudoeste, Centro Ocidental e Nordeste Rio-grandense e um segundo, menor em extensão, no Norte do Estado, próximo da divisa de Santa Catarina. Embora a composição destes *clusters* varie parcialmente conforme o método de estimação da taxa de formação de empresas as suas delimitações são bem definidas e demonstram que estas áreas geográficas empreendem mais que o restante do estado tanto em relação ao estoque de empresas quanto em relação ao material humano apto a empreender. Já no outro extremo estão os municípios que além de apresentarem menor taxa de formação também estão cercados por municípios com baixas taxas de formação. Estes compõem um *cluster* de municípios localizados na parte mais rica do estado pertencentes às mesoregiões Metropolitana de Porto Alegre e Centro Oriental Rio-grandense

Assim, podemos verificar com o auxílio dos mapas, uma mudança na dinâmica empresarial do RS. Regiões consideradas como menos dinâmicas, atualmente concentram os municípios com maior taxa de formação de empresas, enquanto que parte daquelas tidas como mais progressistas têm menor taxa de formação de empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou calcular a taxa de formação de empresas relativa ao estoque de empresas já existentes e, a taxa relativa à força de trabalho. Ademais, também objetivou-se identificar como a taxa de formação de empresas variou de meados da década passada até os dias atuais no RS.

Os resultados evidenciaram que em 1996, existiam poucas concentrações de *clusters* espaciais para o estado gaúcho. No entanto, a magnitude da relação espacial aumentou muito de 1996 para 2008, indicando que houve uma ampliação da

importância da dimensão espacial em relação à taxa de formação de empresas nos municípios gaúchos.

A partir da variável taxa de formação de empresas, foi possível verificar o padrão de distribuição geográfica dos *clusters* no RS, de 1996 a 2008, e concluir que no estado está ocorrendo uma mudança na dinâmica empresarial. As regiões tradicionais (industrializadas) estão passando por um processo de diminuição da taxa de formação de empresas.

Também se verifica que há grande formação de empresas nas regiões tradicionalmente menos dinâmicas, e queda nas regiões tradicionalmente mais industrializadas. Quais as possíveis causas deste fato devem ser ainda investigados, mas pode-se levantar pelo menos duas hipóteses: A primeira está associada à uma possível desindustrialização recente das principais regiões industriais do estado, enquanto que a segunda tem conexão com o fato do alto empreendedorismo das regiões menos dinâmicas da metade sul do estado ser de menor qualidade por estar vinculado ao empreendedorismo por necessidade. Ou seja, os indivíduos que residem nestas áreas, dada a falta de alternativas ocupacionais acabam por empreender, o que inflacionaria a taxa de formação destas regiões *vis-a-vis* ao resto do estado. O que se pode concluir, no entanto, é que as regiões menos dinâmicas do RS (principalmente aquelas da metade sul tradicionalmente conhecidas como mais pobres) estão convergindo para a média estadual, pelo menos no que diz respeito a formação de empresas em relação ao estoque de empresas existentes e a quantidade de pessoas aptas a empreender.

Contudo, os resultados desta pesquisa precisam ser aprofundados e revisitados com a utilização de métodos econométricos mais sofisticados para a real compreensão dos fenômenos que influenciam o empreendedorismo e sua relação com o desenvolvimento. Apesar disso, acreditamos que o presente artigo contribui nesta temática dado a falta de estudos que abordam o tema no Brasil. Um próximo passo desta análise compreende o estudo da formação de empresas estratificando os setores da economia no intuito de identificar como os mesmos estão distribuídos no território gaúcho, reafirmando ou não as principais conclusões encontradas nesse artigo.

REFERÊNCIAS

ACS, J. Z.; AMORÓS, J. E. Introduction: The startup process. **Estudios de Economía**. Vol. 35 – Nº 2, p. 121-132, 2008.

ASHCROFT, B.; PLOTNIKOVA, M; RITCHIE, D. (2007). **New Firm Formation in British Counties: Comparing the 1990s with the 1980s**. Disponível em <<http://www.cppr.ac.uk/centres/cppr/publications/>> Acessado em: 08 de Fev. 2010.

ALMEIDA, E. S.; PEROBELLI, F. S.; FERREIRA, P. G. C. **Existe convergência espacial da produtividade agrícola no Brasil?** CMEA/FEA/UFJF, Juiz de Fora, 2005.

ARMINGTON, C.; ACS, Z. J. The determinants of regional variation in new firm formation. **Regional Studies**, 36, p. 33-45, 2002.

BARROS, A. A. ; PEREIRA, C. M. M.A. . Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma análise empírica. RAC. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, p. 975-993, 2008.

BRUNO, R. L.; BYTCHKOVA, M.; ESTRIN, S. **Institutional Determinants of New Firm Entry in Russia: A Cross Regional Analysis**, IZA Discussion Papers 3724, Institute for the Study of Labor (IZA), 2008.

CAMPOS, N.; IOOTTY, M. Institutional barriers to firm entry and exit: case-study evidence from the Brazilian textiles and electronics industries. **Economic Systems**, v. 31, p. 346-363, 2007.

CANEVER, M. D. ; CARRARO, A. ; LAGEMANN, M. ; TATTO, F. R. Taxa de formação de empresas e regeneração econômica: O caso do Rio Grande do Sul. In: 47º Congresso SOBER, 2009, Porto Alegre. 47º Congresso SOBER, p. 1-13, 2009.

DE MEZA, D. Overlending? **Economic Journal**, 112, p. 17–31, 2002.

DISNEY, R.; HASKEL, J.; HEDEN, Y. Restructuring and productivity growth in UK manufacturing. **Economic Journal**, 113, p. 666–694, 2003.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Global entrepreneurship monitor. **Empreendedorismo no Brasil (Relatório Nacional)**. Curitiba: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Paraná. 2007.

JACOBS, J. **The Economy of Cities**. RandomHouse, 1969.

MONASTERIO, L. M.; ÁVILA, R. P. de. Análise Espacial do Crescimento Econômico do Rio Grande do Sul (1939-2001). **Revista ANPEC**, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 269-296, 2004.

NELSON, R.; S. WINTER. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

OLIVEIRA, C. A. de. Análise Espacial da Criminalidade no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia** (Curitiba), v. 34, p. 35-60, 2008.

POLÈSE, M. **Economia Urbana e Regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: APDR, 1998.

SCHUMPETER, J. A. **The Theory of Economic Development**. Cambridge, MA: Harvard University, 1934.

SEBRAE (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS). Disponível em: <www.sebrae.com.br> Acesso em 01/07/2010

SOUZA, A.L. ; SERVO, L. S. ; FURTADO, P. ; AMORIM, B. ; RIBEIRO, E. P. Cap. 2: Base de Dados: apresentação e opções metodológicas. In: CORSEUIL, C.H.; SERVO, L.M.S.. (Org.). **Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil**. Brasília: IPEA, p. 25-35, 2007.

REYNOLDS, P. D., STOREY D. J., WESTHEAD, P. Cross-national comparisons of the variation in new firm formation rates. **Regional Studies** Vol. 28, No 4, p. 443– 456, 1994.

JOHNSON, P. Differences in Regional Firm Formation Rates: A Decomposition Analysis. **Entrepreneurship Theory and Practice**, p. 431-446, Fall 2004.

ROCHA, H.; STERNBERG, R. Entrepreneurship: The Role of Clusters Theoretical Perspectives and Empirical Evidence from Germany. **Small Business Economics** 24: p. 267–292, 2005.

VAN STEL, A., J. **Entrepreneurship and Economic Growth: Some Empirical Studies**, Tinbergen Institute Research Series, Vol. 350, Amsterdam: Thela Thesis, 2005.

VAN STEL, A.; CARREE, M.; THURIK, R. The Effect of Entrepreneurial Activity on National Economic Growth. **Small Business Economics**, p. 311–321, 2005.

WENNEKERS, S.; THURIK, R. Linking Entrepreneurship and Economic Growth. **Small Business Economics**, p. 27–55, 1999.